



CONVENÇÃO ESTADUAL DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS DO PIAUÍ
CNPJ 07.697.642/0001-30

ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA CONVENÇÃO DAS ASSEMBLÉIAS DE DEUS DO PIAUÍ

CAPÍTULO I

Da Convenção, Sede e Fins.

Art. 1º - Art. 1º. A CONVENÇÃO DOS MINISTROS E DAS IGREJAS EVANGÉLICAS ASSEMBLEIA DE DEUS DO ESTADO DO PIAUÍ, doravante denominada neste estatuto CEADep/CONVENÇÃO, é uma organização religiosa, nos termos do artigo 44, inciso IV, § 1º, da Lei 10406, de 02 de janeiro de 2002, fundada pelo missionário Nels Julius Nelson e os pastores Januário Norberto Soares, José Teixeira Rego e Raimundo Nonato Melo, a 22 de janeiro de 1938, na cidade de Piripiri-PI, com os atos constitutivos registrados no Cartório de Pessoas Jurídicas 4º Cartório no livro de pessoa Jurídica, livro A, Folhas 295/299, alterado pela assembleia geral extraordinária dos membros realizada em 15 e 16/12/22, com duração por tempo indeterminado.

Art. 2º - A Convenção tem sua sede à rua Jacob Martins, 791 – Parque São João – Teresina, Capital do Estado do Piauí, e-mail: secretaria@ceadep.com.br.

Art. 3º - A Convenção como entidade religiosa de caráter cristão, puramente evangélico, com bases doutrinárias na Bíblia Sagrada, tem como finalidades precípuas as que se seguem:

- I. Congregar pastores e evangelistas, como também missionários representantes das Assembleias de Deus do Estado do Piauí;
- II. Orientar e promover a evangelização do Estado do Piauí e fora dele, dentro dos limites de suas possibilidades;
- III. Estabelecer e organizar novas Igrejas no Estado do Piauí e onde não houver trabalho de outras Igrejas Evangélicas Assembleias de Deus no Brasil, filiadas à CGADB.
- IV. Deliberar quanto à permuta, transferência, envio, recebimento, licença, jubilação e disciplina de qualquer obreiro vinculado à Convenção, observando o regimento interno;
- V. Decidir quanto à separação ou consagração de novos obreiros, obedecendo em tudo aos princípios neotestamentários;
- VI. Suspender por tempo indeterminado ou definitivamente, credenciais e ou direitos de exercício ministerial de obreiros faltosos, vinculados à Convenção;
- VII. Promover e realizar estudos bíblicos, organizar escolas e institutos bíblicos e outros meios de instrução, necessárias ao desenvolvimento intelectual dos seus obreiros;
- VIII. Zelar pela boa harmonia entre os obreiros, igrejas e instituições a ela vinculados.



CONVENÇÃO ESTADUAL DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS DO PIAUÍ

CNPJ 07.697.642/0001-30

§ 1º A

Convenção jamais limitará a liberdade de ação a cada Igreja a ela filiada, podendo, não obstante, intervir quando houver desvio doutrinário, moral ou perturbação da ordem.

§ 2º A Convenção será representada ativa e passivamente pelo seu presidente e 1º tesoureiro, e judicial e extrajudicialmente, pelo seu Presidente e 1º Secretário.

CAPÍTULO II

Dos Membros, Direitos, Deveres e Penalidades

Art. 4º São considerados membros da Convenção:

- I. As igrejas, devidamente representadas nas Assembleias Gerais da CEADep pelo presidente e um (01) delegado nomeado pela igreja em assembleia geral.
- II. Os pastores e evangelistas com atividades no Estado do Piauí e fora dele, na forma do presente estatuto, que estejam em pleno exercício ministerial; bem como os pastores jubilados
- III. Os missionários que desempenham atividades no exterior e que recebem subsídios das igrejas filiadas a esta Convenção, ou da SEMADEPI – Secretaria Estadual de Missões das Assembleias de Deus do Piauí

§ 1º Os obreiros com suas esposas serão membros da igreja onde residem.

§ 2º É facultado aos presbíteros, devidamente recomendados pelos seus pastores assistir aos trabalhos convencionais, sem, contudo tomar parte nos debates, nem votar e nem serem votados.

Art. 5º Nenhum dos membros da Convenção responderá subsidiariamente pelas obrigações da mesma, sim, esta e seus bens, por sua Mesa Diretora.

Art. 6º São direitos dos membros:

- I. votar e ser votados, exceto os delegados que detêm direito apenas a voto e participar dos debates;
- II. participar dos debates dentro do melhor decoro parlamentar;
- III. ser assistido espiritual, psicológica e judicialmente;
- IV. repouso de trinta (30) dias a cada ano a critério da igreja local que serve

§ 1º Os missionários passarão a gozar dos incisos I e II do presente artigo após sua consagração ao ministério.

§ 2º As Igrejas serão representadas nas assembleias gerais da CEADep pelo seu Pastor e por um (01) delegado escolhido pela Assembleia Geral com direito a participar dos debates, votar e não podendo ser votado.

§ 3º Os missionários nacionais serão vinculados a SEMADEPI contribuindo com seus dízimos para a mesma.

Art 7º São deveres dos membros:

- I. cumprir as disposições estatutárias, regimentais e regulamentais;

Centro de Convenções Fé, Ação, Esperança e Amor
Rua Jacob Martins, 791 - Bairro Parque São João CEP 64020-110 - Teresina - PI
Contato (86) 98106-3991 - E-mail: secretariaceadep@gmail.com



CONVENÇÃO ESTADUAL DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS DO PIAUÍ

CNPJ 07.697.642/0001-30

- II. acatar todas as resoluções e deliberações da Convenção e da Mesa Diretora, na forma do presente estatuto;
- III. participar das atividades, dos programas e do sustento da Convenção;
- IV. cooperar para que a Convenção possa alcançar seus fins.
- V. contribuir pontual e mensalmente para a tesouraria da Convenção com seus dízimos, em consonância com o artigo 21 e artigo 22 e seus parágrafos do presente estatuto;
- VI. comparecer às assembleias gerais e reuniões convencionais;

SEÇÃO I DOS MINISTROS

SUBSEÇÃO I Da Ordenação de Pastores e Evangelistas

Art. 8º De conformidade com a alínea “e” do artigo 3º deste Estatuto, a separação ou consagração de novos obreiros será oficializada pela Convenção.

Art. 9º Somente poderão ser ordenados ao Ministério do Evangelho, os membros que tenham boa reputação e idoneidade moral conforme prescreve 1 Tm 3.1-7, que se dedicarem à obra, movidos pelo amor à causa divina que reconhecem a inexistência de qualquer vínculo empregatício com a Igreja a que servem e a Convenção, e que não façam parte de sociedades secretas.

Art. 10 Para a ordenação e ou consagração os candidatos deverão ser indicados pela igreja que são membros através de assembleia geral da mesma que deverá enviar à Comissão de Ingresso ata e declaração de aprovação do membro assinado pelo pastor da igreja juntamente com a diretoria e conhecimento do superintendente da região.

§1º - Para a consagração ou ordenação de que trata o presente artigo, os mesmos serão examinados pela Comissão de Ingresso, observando os seguintes critérios:

- I. Ministério de Evangelista:
 - a) Possuir idade mínima de 21 (vinte e um anos) e a máxima de 49 (quarenta e nove);
 - b) Possuir ensino médio;
 - c) Possuir o curso básico em teologia;
 - d) Participar do curso de formação de obreiro – CFO, ministrado pelo Conselho de Educação e Cultura da CEADep em duas etapas com duração total de 120h (cento e vinte horas).
- II. Ministério de pastor:
 - a) Possuir ensino médio;
 - b) Possuir o curso bacharelado em teologia;
 - c) Participar do curso de formação de obreiro – CFO, ministrado pelo Conselho de Educação e Cultura da CEADep em duas etapas com duração total de 120 (cento e vinte) horas aula.



CONVENÇÃO ESTADUAL DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS DO PIAUÍ

CNPJ 07.697.642/0001-30

§1º Os

certificados dos cursos: básico, médio ou bacharelado deverão ser expedidos por instituições genuinamente evangélicas e reconhecidas pela CEADep através do Conselho de Educação e Cultura da mesma;

§2º - Quanto à consagração de Presbíteros e Diáconos, cabe às Igrejas locais decidirem.

Art. 11 A Convenção fornecerá credenciais aos obreiros por ela aprovados e ordenados.

§1º - A credencial só terá validade quando nela constar a assinatura do Presidente e de qualquer Secretário da Convenção, e enquanto o portador se conservar fiel à Palavra de Deus e a esta Convenção.

§ 2º A credencial que perde a validade é devolvida para a Convenção.

SUBSEÇÃO II

Da jubilação

Art. 12 A jubilação remunerada dos ministros da convenção será realizada pela tesouraria da CEADep com receita proveniente de:

- I. 5% (cinco por cento) da renda bruta das igrejas;
- II. 70% (setenta por cento) dos dízimos dos ministros.

§ 1º - Só terão direito a jubilação remunerada Ministros que tenham acima de 25 (vinte e cinco) anos de exercício no Ministério da palavra, e que esteja em dia com suas contribuições e fundo convencional de sua Igreja de origem, nos últimos cinco anos.

§ 2º - O Ministro jubilado fará jus mensalmente ao recebimento ao equivalente a 02 (dois) salários mínimos vigentes e um salário mínimo como abono natalino no final de cada ano;

§ 3º - A viúva do Ministro receberá mensalmente o mesmo valor do provento do esposo enquanto permanecer no estado de viuvez;

§ 4º - A Jubilação e Pensão remunerada terão que obedecer a carência de 05 (cinco) anos de contribuição, efetiva e ininterrupta do dízimo do Ministro e Fundo Convencional da Igreja de origem do Requerente.

§ 5º - A contagem de tempo para efeito de jubilação remunerada, a que se refere o parágrafo 2º deste artigo, contar-se-á a partir da data de consagração do Ministro do Evangelho ou aceito pela CONVENÇÃO.

§ 6º - A jubilação remunerada do ministro com menos de vinte e cinco anos de exercício no ministério da Palavra e com sessenta e cinco anos ou mais ou mais de idade, será calculada mediante a seguinte fórmula: $(2SLMN \times \text{Tempo de exercício no ministério da Palavra na Convenção} / 25 \text{ anos})$, não podendo ser inferior a 1SLMN (um salário mínimo nacional).

§ 7º Os ministros jubilados e as viúvas participarão das assembleias gerais e demais trabalhos da CEADep sendo isentos de qualquer taxa





CONVENÇÃO ESTADUAL DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS DO PIAUÍ

CNPJ 07.697.642/0001-30

Art. 13

A

jubilação dos ministros não contemplados no artigo anterior obedecerá as seguintes normas:

- I. O candidato encaminhará o requerimento à Mesa Diretora, solicitando a sua jubilação, ou a própria Mesa Diretora convidará o ministro a quem deseja jubilar, dando-lhe ciência de sua intenção;
- II. O pedido da Mesa Diretora, bem como do interessado, será encaminhado pela própria Mesa ao Conselho Administrativo que emitirá parecer à Assembleia Geral, para a decisão final.

SUBSEÇÃO III

Das penalidades e Disciplinas

Art. 14 Será passível de disciplina o Ministro: Pastor, Evangelista ou (Missionário) que incorrer nas seguintes faltas:

- I. Abandono da fé cristã ou adoção de princípios divergentes das doutrinas professadas pelas Assembleias de Deus no Brasil;
- II. Práticas de atos lesivos à moral ou contrários a boa fama;
- III. Quebra de Fraternidade Cristã, por divisão ou fundação de trabalhos em áreas de campos alheios, em desrespeito ao propósito do presente Estatuto.

Art. 15 Poderá ser restaurado o obreiro punido na forma deste artigo, que vier a se retratar e reparar o seu erro.

Parágrafo Único - Perderá sua condição de membro desta Convenção, inclusive seu cargo e função, se pertencente à Mesa Diretora, Órgãos desta Convenção ou a Comissões, aquele que:

- I. solicitar seu desligamento ou transferência para outra igreja;
- II. abandonar a igreja;
- III. não pautar sua vida conforme os preceitos bíblicos.
- IV. não cumprir seus deveres expressos neste estatuto e as determinações da administração geral;
- V. promover dissidência manifesta ou se rebelar contra a autoridade da Convenção e das Assembleias Gerais;
- VI. o membro que não viver de acordo com as doutrinas da Bíblia Sagrada, praticando: o adultério (Ex 20.14); a fornicção (Ex 20.14); a prostituição (Ex 20.14); o homossexualismo ou lesbianismo (Lv 18.22; 20.13; Rm 1.26-28); relação sexual com animais (Lv 18.23,24); o furto ou o roubo (Ex 20.15); crime previsto pela lei, demonstrado pela condenação em processo próprio e trânsito em julgado (Rm 13.1-7); rebelião (I Sm 15.23); a feitiçaria e suas ramificações (Ap 22.15; Gl 5.19).

Art. 16 - Toda Acusação contra ministro deverá ser formulada por escrito e em caso improcedente, o acusador receberá a pena ou a punição que incidiria ao acusado;



CONVENÇÃO ESTADUAL DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS DO PIAUÍ

CNPJ 07.697.642/0001-30

§1º -

Ao

acusado ou punido é assegurado direito de defesa.

§4º - Quando um obreiro, membro desta Convenção, vier a ser excluído, com justiça por pecados sexuais, homicídio doloso, ou furto, tornar-se-á incompatível com o Ministério da Palavra.

§5º - O obreiro que vier a ser desligado, ou excluído por qualquer dos motivos previstos no artigo 14 de acordo com seus incisos e parágrafos, perderá o direito à administração dos bens patrimoniais da Igreja a que servia, deles não podendo se apoderar ou alienar, não cabendo, dessa decisão, recurso pela posse, domínios e utilização dos mesmos.

§ 6º - O Ministro denunciado em processo no Conselho de ética, será afastado da direção da igreja e funções na CEADEP, sendo substituído interinamente pelo vice presidente da igreja até o término do processo, sem prejuízo de sua prebenda.

SUBSEÇÃO IV

Das restrições

Art. 17 - É vedado ao membro da Convenção:

- I. abrir trabalhos em outra região eclesiástica e receber ministros ou membros de uma Assembleia de Deus atingido por medida disciplinar;
- II. apoiar, em qualquer hipótese, trabalhos dissidentes por acaso existentes ou que venham a existir em qualquer região eclesiástica da mesma fé e ordem;
- III. vincular-se a qualquer tipo de sociedade secreta;
- IV. vincular-se a movimento ecumênico que venha ferir os princípios bíblicos;
- V. vincular-se a outra Convenção Estadual ou Regional, sem a devida transferência desta, referendada pela Mesa Diretora e homologada em Assembleia Geral;
- VI. vincular-se a outra convenção nacional ou de caráter geral, com abrangência e prerrogativas da Convenção Geral;
- VII. exercer seu ministério isoladamente, sem vínculo à Convenção;
- VIII. exercer funções ministeriais, isoladas ou não, onde a Igreja ou a Convenção, da qual se transferiu, mantenha atividades;
- IX. Descumprir as normas estatutárias e regimentais.

SEÇÃO II

DAS IGREJAS E ENTIDADES FILIADAS

Art. 18 – Além de outras que venham a ser criadas, a Convenção terá as seguintes entidades a ela filiadas:

Centro de Convenções Fé, Ação, Esperança e Amor
Rua Jacob Martins, 791 - Bairro Parque São João CEP 64020-110 - Teresina - PI
Contato (86) 98106-3991 - E-mail: secretariaceadep@gmail.com



CONVENÇÃO ESTADUAL DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS DO PIAUÍ

CNPJ 07.697.642/0001-30

- I. As Igrejas Evangélicas Assembleias de Deus no Estado do Piauí, em outros Estados e Países;
 - II. As entidades criadas no âmbito das Assembleias de Deus do Piauí
- Art. 19- As Igrejas auto-suficientes financeira e administrativamente, deverão se organizar como pessoa jurídica de direito privado, preservando os vínculos existentes com a CONVENÇÃO:
- §1º - A CONVENÇÃO fornecerá um Estatuto modelo devidamente ajustável às realidades das Igrejas;
- §2º - As Igrejas a serem organizadas encaminharão seu Estatuto à apreciação da CONVENÇÃO para possíveis sugestões e aperfeiçoamentos.
- §3º - As Igrejas locais acatarão as decisões da CONVENÇÃO, recebendo também como Pastor o Ministro designado por ela.
- Art.20 - As emancipações ou desmembramento das Congregações vinculadas à Igreja local a ela filiada para criação de novos campos deverão obedecer aos seguintes critérios:
- I. obtenção da aprovação da Diretoria e Ministério da Igreja local;
 - II. obtenção do aval da Assembleia Geral da Igreja local;
 - III. prova de ter a congregação, renda mínima de dois salários mínimos, casa pastoral, constatados em relatório apresentado por uma comissão designada pela Convenção, num prazo de seis meses, e apresentar campo para expansão do trabalho.
- Art.21 - De acordo com o Estatuto da CGADB, nenhuma Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Estado do Piauí, poderá viver isoladamente, sendo obrigatória sua ligação a esta Convenção, com a finalidade de determinar responsabilidades.
- Art. 22 - Nenhuma igreja, sob qualquer pretexto, poderá ser registrada no estado do Piauí, ou exercer atividades com a denominação "Assembleia de Deus" ou "Igreja Evangélica Assembleia de Deus", se não estiver vinculada à Convenção Estadual das Assembleias de Deus do Piauí - CEADEP, bem como os seus dirigentes, na forma do artigo antecedente.
- Art.23 - As igrejas contribuirão regulamente com 10 % (dez por cento) das suas rendas para a CONVENÇÃO.
- Parágrafo único - O patrimônio das igrejas e entidades pertencentes a CONVENÇÃO serão registrados em nome das mesmas, cabendo a CONVENÇÃO manter em seus arquivos, cópias respectivas(Melhorar redação)

CAPÍTULO III DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO SEÇÃO I

Da receita

Art. 24 - A receita da CONVENÇÃO será constituída de:

- I. Dízimos dos Ministros;
- II. 10 % (dez por cento) da renda bruta das igrejas;

Centro de Convenções Fé, Ação, Esperança e Amor
Rua Jacob Martins, 791 - Bairro Parque São João CEP 64020-110 - Teresina - PI
Contato (86) 98106-3991 - E-mail: secretariaceadep@gmail.com



CONVENÇÃO ESTADUAL DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS DO PIAUÍ

CNPJ 07.697.642/0001-30

- III. Ofertas voluntárias e campanhas;
- IV. Doações e Convênios, Municipal, Estadual e Federal.

Parágrafo único: a partir do terceiro ano serão destinados 70% (setenta por cento) do dízimo do ministro para O FUNDO DE PENSÃO.

Art. 25 – A receita da CONVENÇÃO destina-se:

- I. Ao atendimento das despesas aprovadas nos orçamentos anuais;
- II. Ao pagamento das prebendas dos Ministros e viúvas;
- III. Na consecução dos seus objetivos sociais.

SEÇÃO II

Do patrimônio

Art.26 – Constitui-se patrimônio da CONVENÇÃO quaisquer bens imóveis, móveis, e semoventes existentes e os que vierem a ser adquiridos por compra, trocas, doações ou legados de seus membros, de particulares, de empresas e dos poderes públicos, bem como qualquer depósito em bancos ou instituições financeiras, escriturados em seu nome, em nome da igreja integrante filiada no Piauí ou fora dele.

§ 1º Em caso de cisão na igreja local, fica o patrimônio com a parte fiel a esta CONVENÇÃO.

§.2. Os bens de que se refere este artigo só poderão ser alienados ou sofrer qualquer ato alienatório ou translativo, com a autorização da Assembléia Geral.

Art. 27 – O Patrimônio da Convenção será administrado por sua Mesa Diretora, a qual deverá registrá-lo em livros e órgãos competentes.

CAPÍTULO III

Da Mesa Diretora, Composição, Eleição, Atribuições e Deveres.

SEÇÃO I

Da composição

Art. 28 - A Convenção é dirigida por uma Mesa Diretora composta dos seguintes membros:

- I. Presidente;
- II. 1º Vice-Presidente;
- III. 2º Vice-Presidente;
- IV. 3º Vice-Presidente;
- V. 4º Vice-Presidente;
- VI. 5º Vice-Presidente;
- VII. 1º Secretário;
- VIII. 2º Secretário;
- IX. 3º Secretário;

Centro de Convenções Fé, Ação, Esperança e Amor
Rua Jacob Martins, 791 - Bairro Parque São João CEP 64020-110 - Teresina - PI
Contato (86) 98106-3991 - E-mail: secretariaceadep@gmail.com



CONVENÇÃO ESTADUAL DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS DO PIAUÍ

CNPJ 07.697.642/0001-30

- X. 4º Secretário;
- XI. 5º Secretário;
- XII. Secretário adjunto;
- XIII. 1º Tesoureiro;
- XIV. 2º Tesoureiro;
- XV. 3º Tesoureiro;

Parágrafo Único: Eleitos dentre os presentes na última sessão convencional, com mandatos de 04 (quarto) anos.

Art. 29 - A Mesa Diretora tem plenos poderes para resolver quaisquer casos urgentes, que porventura surgirem fora dos períodos convencionais na conformidade do Art. 3º deste Estatuto, bem como delegar poderes a Comissões para solucionar problemas relativos a obreiros, Igrejas ou Instituições vinculadas à Convenção.

§1º - Além das Comissões de que trata este artigo, a Mesa Diretora da Convenção, no cumprimento de suas atribuições, será assessorada por uma Comissão composta de 21 (vinte e um) membros, todos alheios à Mesa Diretora, os quais serão escolhidos dentre os obreiros presentes à Assembleia Geral por indicação do Presidente, para o período correspondente da Mesa Diretora, não sendo admissível o acúmulo de cargos.

§2º - Tem também uma Comissão de Ingresso, de caráter permanente, composta por sete membros, nomeados pela Mesa Diretora, com a finalidade de examinar os candidatos a Ministros;

§3º - Todos os casos resolvidos pela Mesa Diretora e a comissão de assessoramento, no período inter-convencional, serão levados à Assembleia Geral, que os homologará ou não.

Art. 30 - Os membros da Mesa Diretora que cometerem delitos serão passíveis de disciplina e poderão perder, concomitantemente, seus mandatos, conforme o art.14 deste Estatuto.

SEÇÃO II

Da eleição

Art. 31 - A eleição se fará de conformidade com este Estatuto, com o Código Eleitoral Brasileiro e com as normas exaradas pela comissão eleitoral da Convenção.

§1º - A eleição será por escrutínio secreto, ou por aclamação, quando houver chapa única.

§2º - a Mesa Diretora que finda seu mandato, prestará contas, de suas atividades, mediante relatório detalhado.

§3º - Em caso de vacância do cargo de Presidente, o vice-presidente assumirá automaticamente e promoverá no prazo de 90 (noventa) o processo sucessório.

Art. 32 - Presidirá os trabalhos da eleição A Comissão Eleitoral, composta de sete (07) membros, que será nomeada pela Mesa Diretora cinco (05) meses antes das eleições, exceto no caso de vacância do presidente que será imediatamente nomeada para preenchimento do cargo, e terá as seguintes funções:





CONVENÇÃO ESTADUAL DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS DO PIAUÍ

CNPJ 07.697.642/0001-30

- a) Redigir as instruções respectivas;
- b) conferir a composição do quadro de membros;
- c) verificar a adequação das chapas apresentadas para a inscrição, especialmente em relação à elegibilidade dos seus membros, exarando parecer;
- d) informar aos interessados a respeito de aspectos relativos às eleições;
- e) exarar parecer, a pedido da Diretoria, sobre fatos relativos ao processo eleitoral;
- f) processar, fiscalizar, apurar e proclamar os resultados das eleições;
- g) julgar os requerimentos sobre o processo eleitoral.

Art. 33- É vetado aos membros da Comissão Eleitoral participar como candidato a qualquer cargo eletivo da Mesa Diretora.

SUBSEÇÃO I Da Elegibilidade

Art.34 - Somente poderão ser eleitos os candidatos que não estejam em questões litigiosas com a Convenção, seus membros e igrejas co-irmãs

Art.35 – O candidato ao cargo de presidente deverá obedecer aos seguintes critérios:

ter no mínimo 35 (trinta e cinco) anos de idade e 10 (dez) anos de ministério e está em dias com suas obrigações;

- a) ter conduta exemplar, ser fiel dizimista e nas contribuições de sua igreja para com a Convenção

Art. 36- Eleita a Mesa Diretora, será imediatamente empossada.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso não se verifique a Assembleia Geral de dezembro, a Mesa Diretora terá seu mandato prorrogado até a próxima reunião convencional ordinária.

SEÇÃO III Das Competências

Art. 37 - Compete ao Presidente:

- a) Cumprir e fazer cumprir este Estatuto.
- b) Convocar e presidir as Assembleias Ordinárias e Extraordinárias da Convenção e exercer o voto de qualidade em caso de empate.
- c) Assinar as atas da Convenção, credenciais, cartas, procurações e toda e qualquer documentação de interesse da Convenção.
- d) Representar a Convenção em juízo ou fora dele, ou fazer-se representar por meio de procuradores;
- e) Atender a apelos para a solução de problemas em igrejas e entre obreiros, dentro da área de sua atuação e de suas possibilidades;
- f) Abrir e movimentar, juntamente com o 1º tesoureiro, contas e depósitos em qualquer banco ou instituição financeira;

Centro de Convenções Fé, Ação, Esperança e Amor
Rua Jacob Martins, 791 - Bairro Parque São João CEP 64020-110 - Teresina - PI
Contato (86) 98106-3991 - E-mail: secretariaceadep@gmail.com



CONVENÇÃO ESTADUAL DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS DO PIAUÍ

CNPJ 07.697.642/0001-30

g)

Conjuntamente com o 1º tesoureiro assinar, endossar, emitir cheque, assinar escrituras, inclusive de compra e venda, doação permuta, de legado, etc.;

h) Indicar um nome, de membro desta Convenção, para concorrer ao cargo de presidente, no término de seu mandato ou quando se afastar por jubilação ou por invalidez, sem vedar o direito de outro postulante ao cargo.

Art. 38 – Compete aos vice-presidentes:

- a) Substituir, pela ordem, o Presidente em seus impedimentos;
- b) Cooperar com o Presidente em tudo o mais que seja necessário ao bom andamento dos trabalhos da Convenção.
- c) Promover a eleição no prazo de 90 (noventa) dias para preenchimento de cargo do Presidente em caso de vacância, podendo o mesmo concorrer ao cargo, observando os artigos 34 e 35 do presente estatuto;

Art. 39 – São atribuições do 1º secretário: Lavrar e ler as atas das reuniões convencionais, bem como redigir outros documentos que se fizerem necessários;

- a) Zelar pela boa conservação dos livros e demais documentos da Convenção e substituir o 2º vice-presidente em seus impedimentos legais;
- b) Assinar com o Presidente, as credenciais expedidas.
- c) Executar outros trabalhos inerentes à função quando lhe forem atribuídos;

Art. 40 - Compete ao 2º secretário:

- I. Substituir o 1º Secretário em seus impedimentos;
- II. Cooperar com ele em todos os trabalhos de suas atribuições.

Art. 41: São atribuições do Secretário Adjunto:

- I. Receber toda matéria destinada à Convenção, protocolá-la e encaminhá-la ao presidente;
- II. Elaborar lista dos convencionais ativos e dos que se acharem em penalidades previstas neste estatuto;
- III. Assessorar os secretários em todos os trabalhos da secretaria;
- IV. Substituir o 2º secretário em seus impedimentos, inclusive assinar as credenciais expedidas.

Art. 42 – São Atribuições do 1º Tesoureiro:

- I. Arrecadar toda a receita da Convenção, escriturá-la com toda a clareza e tê-la em guarda, assumindo absoluta responsabilidade por ela perante a Convenção e as leis do país, respondendo em juízo por qualquer desvio verificado.
- II. Passar recibos e efetuar pagamentos mediante autorização do Presidente; manter em absoluta ordem e devidamente atualizada a escrita da tesouraria a seu cargo, conservando sob suas responsabilidades todos os documentos relativos a quaisquer transações da Convenção.
- III. Apresentar balancetes e o balanço geral do movimento da tesouraria nas reuniões da Convenção ou quando solicitado pelo Presidente.





CONVENÇÃO ESTADUAL DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS DO PIAUÍ
CNPJ 07.697.642/0001-30

Art. 43– Compete ao 2º Tesoureiro substituir o 1º Tesoureiro em seus impedimentos e exercer as suas funções, inclusive movimentar conjuntamente com o Presidente, conta bancária em qualquer Banco ou instituição financeira.

CAPÍTULO V
Da Assembleia Geral

Art. 44 – A Convenção reunir-se-á em Assembleia Geral ordinariamente, uma vez por ano na 1ª quinzena de dezembro e extraordinariamente, quantas forem necessárias, em local previamente escolhido pela Mesa Diretora, de acordo com a igreja hospedeira.

§1º - As Assembleias Extraordinárias serão realizadas sempre que os interesses convencionais o exigirem, a juízo da Mesa Diretora, ou por solicitação de no mínimo 1/5 (um quinto) dos membros da Convenção.

§2º . A Assembleia Geral da Convenção é soberana, podendo deliberar com o mínimo de 2/3 (dois terços) dos membros presentes, ressalvado o disposto nos artigos 69 e 71 deste Estatuto.

CAPÍTULO VI
Dos órgãos da Convenção

Art. 45 – Além de outros que venham a ser criados por Assembleia Geral, a Convenção possui os seguintes Órgãos, os quais de per si, terão forma de administração e trabalho previsto em regimento interno;

- I. Secretaria Estadual de Missões das Assembleias de Deus do Piauí – SEMADEPI;
- II. União de Filhos de Ministros;
- III. Conselho de Ação Social;
- IV. Conselho de Doutrina;
- V. Conselho Político;
- VI. Conselho de Ética e Disciplina;
- VII. Conselho de Educação e Cultura;
- VIII. Conselho de Capelania;
- IX. Conselho Administrativo;
- X. Conselho Fiscal;
- XI. Assessoria Jurídica;
- XII. Assessoria contábil

Art. 46 – A SEMADEPI tem por objetivo específico a evangelização do Estado do Piauí, como também as missões estrangeiras, podendo estender-se a outros pontos da federação brasileira.

Art. 47 – A União de Filhos de Ministros das Assembleias de Deus do Estado do Piauí tem por finalidade promover a unidade, elevação e integração espirituais dos jovens das igrejas filiadas à





CONVENÇÃO ESTADUAL DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS DO PIAUÍ
CNPJ 07.697.642/0001-30

Convenção, no propósito de estimulá-los à concretização de tarefas que redundem na glorificação do nome do Senhor Jesus Cristo.

Art. 48 – O Conselho de Ação Social é composto de 05 (cinco) membros, e tem por fim prestar assistência aos membros da Convenção, sempre que possível notadamente nos casos de doença, calamidade, falecimento de obreiro, etc.

Art. 49 – O Conselho de Doutrina, compõe-se de 05 (cinco) membros, e tem a competência de dar parecer sobre qualquer assunto de natureza doutrinária, direta ou indiretamente, relacionado com as Assembleias de Deus do Piauí e do Brasil.

Art. 50 – O Conselho de Ética e Disciplina composto de 07 (sete) membros, é responsável pela sindicância e apuração de acusações contra ministros integrantes da Convenção, com as seguintes competências:.

- I. Eleger, dentre os seus membros, o Presidente, o Secretário e o Relator;
- II. Receber as denúncias contra ministros e proceder as investigações necessárias à elucidação dos fatos;
- III. Enviar relatório e parecer, à Mesa Diretora, de suas investigações.

Parágrafo único: A atuação deste Conselho será regulada pelo Regimento Interno.

Art. 51 – O Conselho Político, composto de 7 membros, é responsável por assuntos políticos.

Art. 52 – Compete ao Conselho Político.

- I. Escolher dentre seus membros o Presidente, o Secretário e o Relator;
- II. Orientar os membros da CONVENÇÃO, nas questões ligadas aos partidos e eleições, gerais e municipais.
- III. Promover reuniões e debates, em torno do processo político, e incentivar as igrejas filiadas, no apoio a candidatos evangélicos.
- IV. Atuar junto aos parlamentares em todos os níveis, fornecendo-lhes subsídios de interesse das Assembleias de Deus filiadas à Convenção;
- V. Elaborar o cadastramento de todos os parlamentares evangélicos no exercício de seus mandatos, inclusive relatório de suas atuações.
- VI. Manter o arquivo de toda a legislação eleitoral e na medida do possível, estatutos dos principais partidos.
- VII. Avaliar a atuação dos parlamentares evangélicos;
- VIII. Propor a substituição de representantes evangélicos ligados à CONVENÇÃO, quando os mesmos não corresponderem aos interesses das Assembleias de Deus, ou tenham conduta conflitante à Ética e os bons costumes.
- IX. Prestar relatórios por ocasião das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias.

Art. 53 – O Conselho Fiscal, composto de 3 membros efetivos e três (3) suplentes alheios à Mesa Diretora, terá as seguintes atribuições:



CONVENÇÃO ESTADUAL DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS DO PIAUÍ
CNPJ 07.697.642/0001-30

- I. Examinar as contas da Convenção e respectivos balancetes, dando vistos nos documentos conferidos.
- II. Cientificar a Assembleia Geral de qualquer irregularidade, porventura encontrada na escrituração;
- III. Apresentar relatórios anuais à Assembleia Geral sobre as contas da Convenção, emitindo parecer quanto à sua aprovação ou rejeição.

Art. 54 – Qualquer dos integrantes do Conselho Fiscal que vier a cair em delito, será passível de disciplina, e perderá o mandato, se for punido.

Art. 55 – O Conselho de Educação e Cultura é o órgão normativo da Convenção, que traçará as linhas do ensino secular e religioso, respaldados no caso do ensino secular nas normas do MEC e no religioso, respaldados nos princípios das Assembleias de Deus.

Art. 56 – O Conselho de Educação e Cultura é composto de 5 membros que tenham formação acadêmica e saber doutrinário.

Art. 57 – Compete ao Conselho de Educação e Cultura:

- I. Eleger dentre seus membros, o Presidente, o Secretário e o Relator;
- II. Assessorar as instituições de ensino secular e religiosa no âmbito da CEADep, dando todo o apoio a informação para o seu funcionamento;
- III. Prestar por ocasião da Assembleia Geral, relatório de suas atividades;
- IV. Cadastro e reconhecimento das instituições de ensino teológico;
- V. Somente serão aceitas as instituições que estejam enquadradas dentro das exigências legais dos órgãos de educação secular e religiosa;
- VI. Ministras os Cursos de Formação de Obreiro para pastores e evangelistas de acordo com o artigo 10 do presente estatuto.

Art. 58 – O Conselho de Capelania é o órgão da CEADep, composto de três membros, e terá como incumbência desenvolver a assistência religiosa nos centros de internação coletiva em todas as esferas.

Art. 59 – Compete ao Conselho de Capelania:

- I. Eleger dentre seus membros, o Presidente, o Secretário e o Relator;
- II. Desenvolver projetos de assistência religiosa aos internados nos centros de internação coletiva, civis e militares;
- III. Assistir aos ministros enfermos, em situação de riscos, jubilados, licenciados e viúvas;
- IV. Desenvolver cursos de treinamentos de capelães, visando adequar uma liturgia compatível com os locais de internação;
- V. Munir-se de leis e regulamentos que assegurem o pleno exercício de assistência religiosa aos internados;
- VI. Manter contato com autoridades em todos os níveis, a fim de que haja plena liberdade de ação nos centros de internação.



CONVENÇÃO ESTADUAL DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS DO PIAUÍ

CNPJ 07.697.642/0001-30

Art. 60– A Assessoria Jurídica é o órgão de consultoria da Convenção, composta de três (3) membros e que sejam profissionais de direito.

Art. 61 – Compete à Assessoria Jurídica:

- I. Escolher dentre os seus membros, o Presidente, o Relator e o Secretário.
- II. Assistir a Mesa Diretora em suas reuniões, quando convocada.
- III. Emitir parecer em matéria pertinente, quando solicitada pela Mesa Diretora.
- IV. Sugerir à Mesa Diretora a contratação de profissional de direito quando necessário.

Art. 62 – A Assessoria Contábil, é órgão de consultoria da Convenção composta de 03 (três) membros profissionais da contabilidade com a seguinte competência:

- I. Escolher dentre os seus membros, o Presidente, o Relator e o Secretário.
- II. Assistir a Mesa Diretora em suas reuniões, quando convocada.
- III. Emitir parecer em matéria pertinente, quando solicitada pela Mesa Diretora.
- IV. Sugerir à Mesa Diretora a contratação de profissional de contabilidade quando necessário.

Art. 63 - O exercício das funções nos órgãos elencados no caput do artigo 41 e seus incisos será em caráter voluntário sem configurar vínculo empregatício

CAPÍTULO VII

Disposições Gerais e transitórias

Art. 64 – O atual presidente poderá concorrer a tantas eleições que desejar, enquanto o mesmo estiver cumprindo os preceitos das Sagradas Escrituras, a sã doutrina de nosso Senhor Jesus Cristo e as normas estatutárias e regimentais;

Parágrafo único: A regra do art. 62 refere-se unicamente do pastor que preside a CONVENÇÃO quando da alteração do presente Estatuto ocorrida nos dias 22 e 23 de julho de 2010.

Art. 65 – A Convenção está ligada fraternalmente à Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil – CGADB.

Art. 66 – A Convenção cuidará prioritariamente dos interesses das Igrejas Evangélicas Assembléias de Deus do Piauí, velando pela paz, a concórdia, a unidade espiritual e o progresso das mesmas.

Parágrafo Único Para cumprir o disposto neste artigo a Assembléia Geral ou a Mesa Diretora da Convenção acolherá sem parcialidade, qualquer proposta ou reclamação justas das igrejas, empenhando-se pelo seu bem-estar espiritual.

Art. 67 – Fica reservado a esta Convenção, através de seus representantes legais, o direito de ingressar em juízo, com vista à solução de quaisquer casos que fujam às atribuições e competências administrativas da entidade, em defesa dos direitos, domínios e posse dos bens patrimoniais a ela pertencentes, bem como das Igrejas e outras Instituições a ela vinculadas, que vierem a ser ameaçadas, pleiteados ou prejudicados por elementos que venham infringir dispositivos do

Centro de Convenções Fé, Ação, Esperança e Amor
Rua Jacob Martins, 791 - Bairro Parque São João CEP 64020-110 - Teresina - PI
Contato (86) 98106-3991 - E-mail: secretariaceadep@gmail.com



CONVENÇÃO ESTADUAL DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS DO PIAUÍ

CNPJ 07.697.642/0001-30

presente Estatuto, especialmente das que não tenham condições jurídicas ou financeiras para fazê-lo.

Art. 68 – A Convenção adotará uma forma representativa e democrática de Governo, sendo suas resoluções, durante o período convencional, aprovadas pela maioria de votos dos membros presentes em Assembléia Geral, obrigando aos ausentes obedecê-las sem qualquer restrição.

Art. 69 – Caso venha haver cisão entre obreiros, igrejas e instituições vinculadas à Convenção, todo seu patrimônio permanecerá com a parte que se mantiver fiel aos princípios e doutrinas bíblicas, professadas pelas Igrejas Evangélicas Assembleias de Deus vinculadas a esta Convenção.

Art. 70 – A Convenção somente poderá ser dissolvida se por nenhuma hipótese puder atingir e satisfazer os seus fins, mediante a deliberação de mais de 2/3 (dois terços) da totalidade de seus membros, ficando o patrimônio, de preferência, com as Igrejas filiadas proporcionalmente ao número de ministros registrados de cada uma delas na secretaria da Convenção, após solvidos todos os compromissos porventura existentes.

Art. 71 – Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Convenção e, fora dela, por sua Mesa Diretora e comissão de Assessoramento, ficando registradas em atas as resoluções, que passarão a ter força estatutária.

Art. 72 – Este Estatuto poderá ser reformado ou alterado em qualquer tempo por deliberação da maioria absoluta dos membros da Convenção, presente em duas sessões alternadas, convocadas especialmente para esse fim, conforme preceitua o código civil vigente.

Art. 73 – Este Estatuto revoga o anterior, aprovado nos dias 03 a 06 de dezembro de 2003, registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da cidade de Teresina.

**CARTÓRIO DO 4º OFÍCIO DE NOTAS
E REGISTROS DE IMÓVEIS**
Bel^o Erlane Bezerra dos Santos
Tabellã Interina
Teresina - Piauí

Maria do Socorro Amorim Dias
Tabellã Interina Substituta

4º Ofício de Notas de Teresina-PI
Registro Civil das Pessoas Jurídicas
Av a margem do reg. nº AV-11-190
Às fis. — do livro nº A2
Em 06 / 01 / 2023
Teresina, 06 de 01 de 2023
Maria do Socorro Amorim Dias
Tabellã Interina do R. C. P. Jurídicas

Besaleel Ferreira de Assunção
Besaleel Ferreira de Assunção
Presidente / CEADEP

Thiago dos Santos Fernandes
Thiago dos Santos Fernandes
Advogado / CEADEP
OAB-PI 8810

RECONHEÇO POR SEMELHANÇA A FIRMA DE BESALEEL FERREIRA DE ASSUNÇÃO NO DOCUMENTO ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA CONVENÇÃO DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS DO PIAUÍ. EM TEST. DA VERDADE. DOU FÉ.
Teresina/PI, 09/01/2023 09:17:20.
SELO ADX67470 - QREL CONSULTE EM www.tjpi.jus.br/portalexta

**CARTÓRIO 4º OFÍCIO DE NOTAS
E REGISTROS DE IMÓVEIS**
Mauri Rodrigues Mesquita de Sá
Escritoriente Autorizada
Teresina - Piauí

REGISTRO

CERTIFICO a requerimento verbal de pessoa interessada que foi feito neste Cartório no livro de Pessoa Jurídica, Livro **A-2**, sob nº **AV-11-190**, protocolado no Livro **A-2** de Protocolo, sob nº **82**, datado de 06.01.2023, consta o registro da averbação da **ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA CONVENÇÃO DAS ASSEMBLÉIAS DE DEUS DO PIAUÍ**. O referido é verdade e dou fé. Emolumentos: R\$ 24,85; FERMOJUPI: R\$ 4,97; Selos: R\$ 0,26; MP: R\$ 1,37; Total: R\$ 31,45 O presente ato só terá validade com o Selo: **ADX67435 - 2E2H**. Consulte a autenticidade do selo em www.tipi.jus.br/selodigital.. Data do pagamento: 03/01/2023. Teresina, 06/01/2023. Eu, *Erlane Bezerra dos Santos*, Escrevente autorizado digitei.

Teresina - PI, 06 de Janeiro de 2023

Maria do Socorro Amorim Dias

p Erlane Bezerra dos Santos - Tabeliã Interina

**CARTÓRIO DO 4º OFÍCIO DE NOTAS
E REGISTROS DE IMÓVEIS**
Belª Erlane Bezerra dos Santos
Tabeliã Interina
Teresina - Piauí
Maria do Socorro Amorim Dias
Tabeliã Interina Substituta

